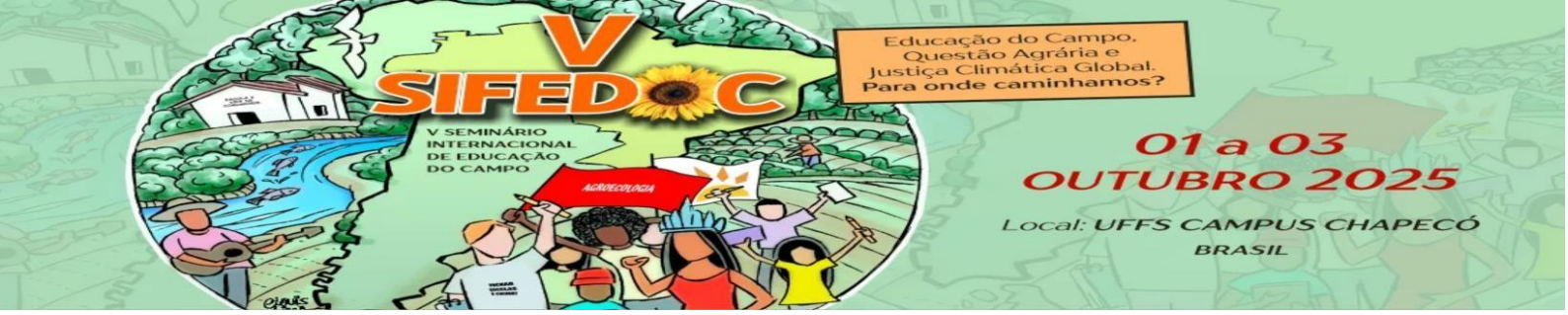


TÍTULO: CARTOGRAFIA SOCIAL E FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO CAMPO: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA ESCOLA DA TERRA, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS NO AMAPÁ

Fernanda Iralice Carvalho Lima [1]
Eliane Aparecida Cabral da Silva[2]
Débora Mate Mendes [3]

Círculo de Saber: 4 Formação Inicial e Continuada de Professores.

Palavras-chave: Cartografia Social; Formação Docente; Educação do campo.

Introdução

A formação de professores para atuar nas escolas do campo representa um dos maiores desafios para o sistema educacional brasileiro, especialmente nas regiões amazônicas, onde as realidades territoriais, culturais e ecológicas exigem abordagens diferenciadas, contextualizadas e sensíveis à diversidade. No estado do Amapá, essa formação torna-se ainda mais urgente diante das condições geográficas e sociais específicas. O Programa Escola da Terra, das Águas e Florestas, o Programa Escola da Terra foi criado pelo Governo Federal e implementada via o Ministério da Educação como uma política pública voltada para atender essa demanda formativa. Seus objetivos envolvem promover uma formação continuada que seja sensível às especificidades territoriais e culturais dos povos do campo, incluindo comunidades quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e de agricultura familiar.

[1]Acadêmica do Curso de Licenciatura em Educação do Campo-Ciências Agrárias e Biologia, Universidade Federal do Amapá. E-mail: fernandairalice@gmail.com
[2]Professora do Programa de Pós Graduação em Geografia - PPGEO/UNIFAP é do Curso de Licenciatura em Geografia- UNIFAP. E-mail: lianecabral@unifap.br
[3]Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED/UNIFAP é do Curso de Licenciatura em Educação do Campo -LEdoC/UNIFAP. E-mail: deboramate@unifap.br

O estudo trata-se uma pesquisa qualitativa e fez uso da pesquisa biográfica, pesquisa documental e da observação direta das atividades de formação realizadas durante a execução do Programa Escola da Terra, das Águas e das Florestas no Amapá. Como resultados do estudo observamos que o programa está fundamentado na alternância pedagógica, que articula momentos de formação no Tempo Universidade e no Tempo Comunidade, baseada na experiência direta dos encontros formativos e na produção de cartografias sociais como metodologia de formação continuada com professores de escolas do campo.

Cartografias sociais

A formação de professores para atuar nas escolas do campo exige uma abordagem pedagógica que leve em consideração as dimensões sociais, culturais e territoriais dos sujeitos amazônicos. Nesse contexto, a Educação do Campo se apresenta como espaço educativo compreendido como lugar de construção coletiva de luta. Nessa perspectiva, defendida por Molina e Hage (2015):

> […] forme educadores formuladores e disseminadores do contra hegemonia, capazes de compreender e promover a necessária articulação das lutas entre as escolas do campo e as lutas para superação dos pilares que sustentam a estrutura da sociedade capitalista (Molina; Hage 2015, p.123).

Partindo dessa concepção da formação docente, os resultados da experiência com o Programa Escola da Terra, das Águas e das Florestas demonstram a potência da cartografia social como prática pedagógica transformadora. As Cartografias das comunidades se mostraram extremamente importantes, trazendo à tona a identidade local e valorizando as culturas e saberes que permeiam o cotidiano dos alunos. No Figura 1 há o registro do Mapa Social produzidos por professores da Comunidade São José do Matapi.

Figura 1 – Mapa da Comunidade Quilombola São José do Matapi



Fonte: Elaborado por professoras e moradores da comunidade, 2024

O mapa da Comunidade Quilombola São José do Matapi, criado coletivamente por professoras e moradoras, retrata de forma simbólica e afetiva a organização territorial, social e cultural local. Nele, espaços coletivos como a Escola Quilombola David Miranda, a Quadra de Esportes, o Centro Comunitário e o Campo de Futebol ocupam posição central, destacando o papel da educação, do lazer e da convivência na vida comunitária. Igrejas, casas dispostas ao redor de trapiches e passarelas sobre as águas reforçam o pertencimento ribeirinho e a forte união do grupo, a economia é representada por ícones de atividades como o extrativismo do açaí, pesca, cultivo de banana, mandioca e plantas medicinais, evidenciando a agrobiodiversidade como base de subsistência e identidade. É um território produtivo, mas em harmonia com a natureza e de baixo impacto ambiental.

O Rio Matapi, em destaque na parte inferior, aparece com canoas e barcos, simbolizando sua importância como via de acesso, circulação e vida, por onde transitam pessoas, alimentos, saberes e tradições. A figura do boto remete às narrativas e espiritualidade amazônicas. Também ganham destaque as manifestações culturais, como o marabaixo, o batuque e as festas de São Sebastião e São Raimundo, registradas em cores vibrantes, reforçando a resistência, identidade e pertencimento quilombola.

O mapa representado na Figura 2 foi produzido por professores da Comunidade Uruá. Nesse mapa o representado vai além da localização traduz o modo de vida, a organização, as práticas de resistência e a apropriação do espaço pela comunidade.

Produzido coletivamente, funciona como instrumento de reconhecimento da identidade quilombola da comunidade, valorização do território e base para um currículo que dialogue com a realidade local uma expressão visual da memória e das relações sociais.

Figura 2 – Mapa da Comunidade Uruá



Fonte: Elaborado por professoras e moradores da comunidade, 2024

Organizado em torno do Rio Uruá, detalha casas, escolas, igrejas, comércios, postos de saúde, espaços de evento e o campo de esportes, além das passarelas que atuam como “ruas” sobre a água. A legenda com cores e símbolos para peixes, bananeiras e outras espécies evidencia a importância da natureza para a subsistência e o vínculo afetivo com o lugar; as embarcações reforçam o papel central do transporte fluvial.

A simbologia aponta pluralismo religioso, cuidado com os idosos e outros traços sociais; as cores vibrantes (campo verde, escolas em amarelo, estruturas em marrom etc.) tornam visível a identidade comunitária e potencializam a função pedagógica e afetiva do mapa. Ao mapear sua própria realidade, professores e moradores legitimam saberes locais, fortalecendo pertencimento e autonomia.

Em resumo, o mapa representado na Figura 2 não é apenas um instrumento de localização geográfica, mas uma ferramenta de afirmação cultural, de valorização da memória coletiva e de reconstrução do olhar pedagógico a partir da vivência territorial.

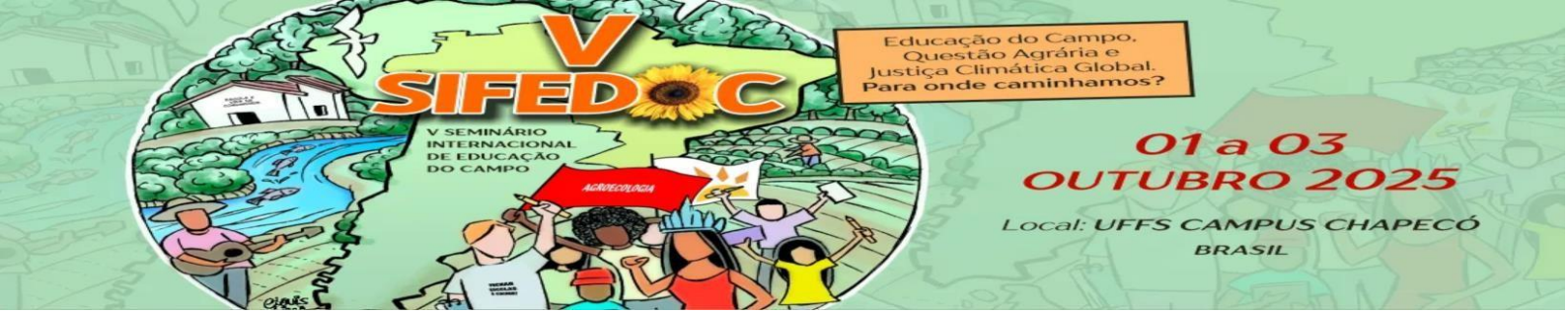
O uso da Cartografia Social em contextos formativos, como no Programa Escola da Terra, contribui decisivamente para a construção de uma pedagogia do território, onde o saber escolar se articula com a vida, o chão e a cultura das comunidades.

Destaca-se também, que a cartografia social nesse processo formativo se apresentou tal qual defendido por ACSELRAD (2010), uma metodologia de fazer mapas que valoriza a participação e o conhecimento dos sujeitos sociais no processo, e ao fazer isso, favorece o seu empoderamento diante das disputas territoriais que concorrem para territorializar as descrições espaciais.

Conclusão

A vivência proporcionada pelo Programa Escola da Terra, das Águas e das Florestas, nas comunidades do Amapá, revelou que educar no campo vai além da transmissão de conteúdos escolares: é um processo de escuta, de troca e de reconhecimento do território como lugar de saber. As cartografias sociais produzidas durante a formação não foram apenas ferramentas didáticas foram atos de afirmação cultural, de reconstrução da memória e de visibilização das formas de viver e resistir. Ao acompanhar a construção dos mapas das comunidades Quilombola São José do Matapi e Uruá, ficou evidente que quando os professores são convidados a pensar a partir do seu lugar, sua prática se transforma. Eles passam a enxergar a escola não como uma instituição à parte, mas como uma extensão da comunidade conectada às roças, aos rios, às festas, aos afetos. Esses mapas não apenas ilustram casas, campos, igrejas e trapiches; eles narram uma forma de existir no mundo. Mostram que há uma pedagogia construída diariamente nos quintais, nos barcos que levam os alunos para a escola, nas conversas com os mais velhos, nas tradições preservadas, nas festas que misturam fé e resistência A cartografia social torna tudo isso visível ao valoriza a comunidade . A formação ofertada pelo programa também revela que não há separação entre educação e território: ambos se entrelaçam.

Referências bibliográficas



ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. Estudos Avançados, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.

AROYO, Miguel; CALDART, Roseli Salete e MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma Educação do Campo**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes 2004. BRASIL, Diretrizes Operacionais da Educação do Campo. 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias 13800-rceb001-02-

MOLINA, Mônica Castagna. Desafios aos educadores do campo. *In*: **Por uma Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Caderno 4. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002.

MOLINA, Mônica Castagna; HAGE, Salomão Mufarrej. Política de formação de educadores do campo no contexto da expansão da educação superior. **Revista Educação em Questão**, *[S. l.]*, v. 51, n. 37, p. 121–146, 2015. DOI: 10.21680/1981-1802.2015v51n37ID7174. Disponível em: https://www.periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7174. Acesso em: 30 jul. 2025